



ISSN 1984-5634

DOSSIÊ

A DITADURA MILITAR E OS DESAFIOS DO ENSINO DE HISTÓRIA NO TEMPO PRESENTE: DISPUTAS DE NARRATIVAS, MÍDIAS SOCIAIS E NEGACIONISMOS

The Brazilian Military Dictatorship and the challenges in History teaching in the present day: narrative disputes, social media, and denialism

GIOVANY PEREIRA VALLE¹
JEAN CARLOS MORENO²

RESUMO

O artigo apresenta resultados de uma pesquisa que buscou investigar os discursos revisionistas e negacionistas da ditadura militar brasileira, mapeando os argumentos centrais utilizados na defesa ou justificação do regime ditatorial. A partir destes resultados, defende-se que os argumentos dos saudos da ditadura, presentes em livros e plataformas digitais, terão que ser conhecidos pelos professores de História. Isto impõe um novo desafio de formação que é o de aliar o conhecimento historiográfico à preparação para o debate público. Toma-se como pressuposto que o ensino de História se realiza, como todo o processo educacional, no mundo dos valores coletivos, dentre eles, a defesa da democracia.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; Ditadura militar; negacionismo.

ABSTRACT

This paper presents the results of a research that aimed to investigate revisionist and denialist narratives about the Brazilian Military Dictatorship, mapping the central arguments used for defending or justifying the aforementioned authoritarian regime. Based on these results, we claim that the arguments that support the nostalgia for the military dictatorship, which appear in books and digital platforms, should be well known by History teachers. This imposes a new challenge in teacher qualifications, which is having to conciliate between historiographical knowledge and the arguments for debating publicly. The pretext of this paper is that History teaching happens – as all educational processes – in the world of collective principles, one of which is the defense of democracy.

KEYWORDS: History teaching; Military Dictatorship; denialism.

EDITOR-CHEFE:

Vicente da Silveira Detoni

EDITORA-GERENTE:

Renata dos Santos de Mattos

SUBMETIDO: 01/11/2022

ACEITO: 27/04/2023

COMO CITAR:

VALLE, G. P.; MORENO, J.
C. A ditadura militar e os desafios do ensino de história no tempo presente: disputas de narrativas, mídias sociais e negacionismos. *Aedos*, Porto Alegre, v. 15, n. 34, p. 44-61, jul.–dez., 2023.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

1 Licenciado em História pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). ORCID iD: 0000-0001-9238-2824. E-mail: giovanyvalle_guitar@hotmail.com

2 Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professor do Centro de Ciências Humanas e da Educação (CCHE) da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Professor do Programa de Pós-graduação em Ensino de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professor do Programa de Pós-Graduação em História Social Universidade Estadual de Londrina (UEL). ORCID iD: 0000-0002-8781-9590. E-mail: jeanmoreno@uenp.edu.br

“**S**eu professor de História te enganou a vida inteira!!”. “Saiba a verdade que seu professor de História tentou te esconder!”. Desde a segunda metade da década de 2010 abundaram, nas redes sociais e plataformas digitais, vídeos com chamadas bombásticas onde os professores de História são acusados de doutrinadores e até mesmo de mentirosos.

Quase transformado em um inimigo público pelo discurso neoconservador, o professor de História, especialmente da Educação Básica, assistiu, neste período, o desafio da sua profissão se multiplicar, com questionamentos dos critérios de validade do seu saber, advindos de experiências individuais e de youtubers negacionistas com grande apelo sensacionalista. Talvez, desde a institucionalização da escolarização, nunca tenha ficado tão claro que o ato de ensinar e aprender História se dá no conflito e na disputa por interesses, valores e projetos de mundo.

Esta situação se exacerba quando se trata de temas como a Ditadura Militar brasileira (1964-1985). Neste caso, está-se falando de um passado traumático (RUSEN, 2009; BORRIES, 2016; TODOROV, 2009; PEREIRA; SEFFNER, 2018), uma situação não resolvida, portanto um passado vivo, presente. Os passados traumáticos, sensíveis, são incômodos, dividem, estabelecem rachaduras no corpo social e, na maioria das vezes, impedem-nos de caminhar, de construir um projeto com um consenso mínimo, que dê vertebração a uma identidade coletiva.

Entre os anos de 2020 e 2021 realizamos uma pesquisa que buscou investigar os discursos revisionistas e negacionistas da ditadura militar brasileira, mapeando os argumentos centrais utilizados na defesa ou justificação do regime ditatorial, apresentando os diálogos e as diferenças existentes entre velhos revisionismos/negacionismos da ditadura, veiculados em livros escritos por militares e civis que atuaram durante o regime ditatorial, e os novos revisionismos/negacionismos presentes nas mídias e redes sociais digitais, dentro de um contexto de reemergência conservadora no Brasil.

No presente artigo compartilhamos uma parte dos resultados obtidos em que procuramos explorar como as disputas de sentido em torno da memória da ditadura militar têm sido mobilizadas no ciberespaço, além de problematizar as memórias dos saudosos da ditadura que, pautados por suas experiências pessoais ou de pessoas do convívio cotidiano, especialmente familiar, buscam, no presente, reabilitar a ditadura militar enquanto referência de projeto político/econômico/social/cultural para o Brasil. A partir dessa reflexão, fazemos inferências sobre os impactos e desafios colocados ao ensino de História, ao ter que lidar com este novo espaço público, a ágora das plataformas digitais, com suas promessas de democratização, horizontalização e descentralização (D'ANDRÉA, 2020, p. 179), que abriu caminho ainda maior para as disputas de memórias, fragilizando a autoridade docente, sustentada no rigor da pesquisa historiográfica.

MEMORIALISTAS DO PODER: ENTRE REVISIONISMOS E NEGACIONISMOS

Engana-se quem pensa que o negacionismo e o revisionismo histórico por parte de defensores da ditadura seja um fenômeno recente, com a ascensão do neoconservadorismo e sua estratégia de ocupação das redes sociais e plataformas digitais. Alegando combater o “revanchismo de esquerda”, desde a abertura política, memórias e contradiscursos vêm sendo produzidos e publicados, especialmente por militares, negando ou justificando a tortura e exaltando as ações do que eles entendem por Revolução de 64.

Especialmente um projeto iniciado secretamente no ano de 1979 irritou profundamente os militares. Encabeçado por alguns advogados, jornalistas e religiosos (destacando-se o arcebispo D. Paulo Evaristo Arns, o pastor Jaime Wright e o rabino Henry Sobel) o projeto *Brasil: Nunca Mais* apresentaria, por meio de documentação confeccionada pelo próprio regime (documentos do Superior Tribunal Militar), a prática sistemática de tortura contra presos políticos existente durante os governos militares. Um texto condensado dos documentos recolhidos viria a ser organizado em um livro que levaria o próprio nome do projeto no título.

O livro *Brasil: Nunca Mais*, lançado em 1985 pela Editora Vozes, ganhou grande repercussão a nível nacional e internacional, contribuindo tanto para com os grupos de familiares que buscavam saber sobre o paradeiro de seus entes queridos, como enquanto fonte para a produção de pesquisas acadêmicas a respeito do tema da ditadura militar recente, em especial sobre as questões envolvendo o aparato repressivo do regime e a prática da tortura, dos chamados “desaparecimentos” e das mortes causadas pelo Estado para com sua própria população. A repercussão gerada incomodou os militares recém-saídos do poder, em especial (mas não exclusivamente) aqueles envolvidos diretamente nos órgãos de informação e repressão da ditadura, apontando que estas publicações iam contra o que fora estabelecido pela Lei da Anistia (o perdão por parte do Estado aos perseguidos e presos políticos e aos perpetradores de violações aos direitos humanos, visando promover o esquecimento em relação a esse passado traumático).

Tornou-se discurso comum entre os militares (ao menos àqueles que defendem o legado do regime) que os vencedores no combate pelas armas estavam sendo derrotados na batalha pela memória acerca do período dos governos militares. Diante da proliferação das narrativas de pessoas ou grupos que apresentavam uma leitura crítica do governo ditatorial vigente entre 1964-1985, alguns militares, sentindo-se atacados por tais publicações, passaram a produzir memórias que consideravam ser a “verdadeira” história que os “esquerdistas”, “subversivos” e “comunistas” queriam esconder. Nesse sentido, esses militares, individual ou coletivamente, produziram livros enquanto respostas ao que consideravam calúnias em nível particular, em relação aos grupos a que pertenceram no passado recente (órgãos de informação e repressão do regime) ou mesmo ainda em defesa da própria corporação da qual fizeram parte, as Forças Armadas.

Podemos considerar que tais produções se guiam, em suas avaliações sobre a conjuntura do pré/pós-1964, por uma narrativa-mestra chamada *Doutrina de Segurança Nacional* (DSN), formulada no contexto da reorganização geopolítica global pós-segunda guerra mundial, em que se formam dois grandes blocos de poder em disputa, o capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o socialista, liderado pela União Soviética.

Para os militares aderentes a essa doutrina, a segurança e o desenvolvimento do país só poderiam ocorrer com base na DSN. Para a doutrina, existe um inimigo, uma conspiração internacional comunista que deve ser combatida, para só assim o país poder alcançar o desenvolvimento. Nesse sentido, a geopolítica da DSN parte da ideia de nação como a manifestação de uma vontade nacional unívoca e unificadora em torno dos interesses nacionais e a consolidação dos objetivos nacionais, não havendo espaço para projetos “estrangeiros” no interior da nação, estes que, sendo ameaça à segurança nacional, deveriam ser eliminados.

É com base nessas concepções advindas da Doutrina de Segurança Nacional que devemos entender as narrativas dos militares (mas também de civis), a respeito das análises que fazem sobre a conjuntura do golpe de 1964 e da ditadura militar que se seguiu até meados dos anos 1980. Segundo Cardoso (2011) existem aproximadamente 60 livros de memória escritos por militares e alguns civis, além das coleções de entrevistas do CPDOC/FGV e do próprio Exército, esta última publicada pela editora Bibliex, constituindo aquilo que a autora denominou como “memórias do poder”.

Entre estas produções, podemos destacar³: *Brasil Sempre* (1986) do tenente Marco Pollo Giordani; *Rompendo o Silêncio* (1987) e *A Verdade Sufocada* (2006) do coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra; o projeto *Orvil* (1988) (que posteriormente foi ganhando novos títulos) produzido secretamente pelo Exército, entre os anos de 1985 e 1987 (através do Centro de Informações do Exército - CIE), sob o comando do general e ministro do Exército no período, Leônidas Pires Gonçalves, tendo como coordenador o coronel (à época) Agnaldo Del Nero Augusto; *Tudo a declarar* (1989) de Armando Falcão (ministro da Justiça à época do governo Geisel), e a coleção de entrevistas organizadas pelo Exército, posteriormente transformada em 15 volumes pela editora Bibliex, intitulada *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história* (2003 e 2004).

A despeito da não homogeneidade das memórias militares e civis (na variedade dos cargos de poder que ocuparam) com relação ao período de vigência da ditadura militar brasileira, é possível encontrar alguns mínimos consensos nos relatos dos agentes memorialistas do poder.

Com relação ao golpe de 1964, é comum àqueles que se propuseram recuar sua análise e avaliação sobre o período pré-1964, apresentarem a ideia de que durante o governo de João Goulart, marcado por uma série de crises (econômica, política, militar), havia a iminência de uma ação dos “comunistas” para a “tomada do poder” no país. Deste modo, argumentam que, diante de tal “ameaça”, militares e civis, representando a “vontade nacional”, depuseram Goulart da presidência da República com vistas a salvar as instituições democráticas e a Constituição brasileira.

Nesse sentido, o movimento desencadeado pela aliança da direita civil e militar para derrubar João Goulart da presidência da República, de acordo com os memorialistas do poder, foi chamado de “Revolução Democrática de 1964” (ou “Revolução de 1964”) ou como “contrarrevolução” (como um movimento reativo à escalada do “comunismo” no Brasil), rechaçando assim a denominação golpe de Estado.

Embora se reconheça, em alguns relatos, que medidas inconstitucionais tenham sido implementadas durante os governos militares (em especial com a instituição do AI-5), estas são, no geral, apresentadas como justificáveis devido ao contexto de “guerra revolucionária” que se vivia naquele momento. A ideia da ameaça do “inimigo interno” procurou legitimar ações repressivas do Estado para com os chamados “subversivos” e “terroristas” que, segundo esta narrativa, estariam promovendo a desordem no país.

Para além disso, se faz presente nas narrativas dos militares e civis aqui analisados o que teriam sido os ganhos e o legado positivo dos governos militares para o Brasil, sobretudo em referência ao governo Médici. O destaque principal é dado à área econômica, devido ao elevado índice de crescimento econômico vivido no país, apresentando um alto grau de desenvolvimento em infraestrutura nas mais

3 Para uma análise detalhada destas obras ver VALLE (2021).

diversas áreas, além da realização de uma série de programas e reformas em diversos setores, tais como: educação, moradia, direitos trabalhistas (trabalhador rural) etc.

No tocante à questão do aparato de repressão, e mais especificamente da tortura, a maioria busca amenizar e justificar tal prática ou mesmo negá-la. A posição predominante aponta para o reconhecimento da existência de apenas alguns “excessos” de militares para com prisioneiros políticos em sua atuação nos órgãos de informação e repressão do regime, sendo esta prática entendida como justificável em meio ao que chamavam de “guerra revolucionária” (ou guerra suja, segundo alguns relatos) promovida pelos “terroristas”. Esses relatos se, por um lado, reconhecem a existência do que chamam de “excessos”, por outro, negam que a alta oficialidade das Forças Armadas e os presidentes (ditadores) militares soubessem sobre tais práticas, colocando que estas não eram parte do *modus operandi* do regime.

Outros relatos apontam para uma perspectiva de negação das práticas de tortura, apresentando críticas aos grupos, indivíduos e instituições que alegam terem existido tais práticas nas dependências dos órgãos de informação e repressão do governo. Aos que negam a existência da tortura durante os governos militares é recorrente o discurso de que tal alegação é proveniente das narrativas de “terroristas” da esquerda que querem se “vitimizar” com vistas a se promoverem politicamente no presente (se referindo ao momento em que essas memórias foram escritas), visando por meio de outras estratégias, com o apoio da mídia, das organizações de Direitos Humanos e da academia, levar a cabo uma nova tentativa de “tomada do poder” pelos “comunistas”.

Os pontos destacados até aqui indicam uma pauta, com alguns temas centrais, construída e estabelecida pelos defensores da ditadura, durante a reconstrução da democracia no Brasil. As interpretações são baseadas numa visão de mundo expressa pela Doutrina de Segurança Nacional. Antes de apontarmos a implicação desta disputa de memória para o ensino escolar de História, vamos tentar analisar como esta discussão migra nas primeiras décadas dos anos 2000 para as novas mídias e plataformas digitais e vai ganhando corpo, embora mantendo a base dos argumentos já apresentados.

NARRATIVAS REVISIONISTAS E/OU NEGACIONISTAS DA DITADURA MILITAR NAS MÍDIAS E REDES SOCIAIS DIGITAIS

As novas mídias e redes sociais digitais possibilitaram a configuração de novas relações sociais no mundo contemporâneo, mundo esse entendido por Castells (1999; 2015) como uma “sociedade em rede”, na qual as relações de poder são estruturadas pelo “poder da comunicação”. O ciberespaço, nas últimas décadas, tem se configurado como um *locus* importante (ainda que não o único) das disputas políticas no Brasil e no mundo, com iniciativas tanto individuais quanto coletivas que, utilizando-se das redes e suas formas de interação, têm buscado sedimentar laços de pertencimento entre usuários de internet em torno de determinadas visões de mundo.

É nesse contexto do crescente uso das mídias e redes sociais digitais que tem se intensificado a ação política de movimentos conservadores e de extrema-direita no Brasil, espaços em que esses grupos mobilizam formas diversas de revisionismos e/ou negacionismos históricos, condicionados pelas disputas políticas do tempo presente. As redes têm permitido a esses grupos de extrema direita e negacionistas da ditadura militar se articularem, uma vez que a circulação das informações e das

narrativas construídas através das mídias e redes sociais possibilita a interação e consolidação de laços político-ideológicos que antes da internet era muito restrita.

Como vimos, não é recente a existência de grupos defensores da derrubada do presidente João Goulart e dos governos militares que se seguiram. No entanto, se nos anos 1980 e 90, a defesa de uma memória positiva da ditadura militar encontrava maior presença em alguns agrupamentos militares e associações civis, tais como o Clube Militar, os grupos Guararapes, Inconfidência, TERNUMA (Terrorismo Nunca Mais), entre outros, com o crescimento da rede de internet no Brasil, principalmente a partir dos anos 2000, esses grupos puderam expandir suas ideias e representações de mundo, tanto sobre aquele passado quanto sobre o tempo presente.

A movimentação desses grupos no ciberespaço vai se intensificando na medida em que, tanto a mobilização de diversos grupos da sociedade civil, quanto a ação do Estado brasileiro (ainda que tardia e modestamente) foram avançando em direção àquilo que se chama por Justiça de Transição (embora, existam autores que apontam a imprecisão deste termo para caracterizar o processo brasileiro), envolvendo desde medidas reparatórias em termos financeiros, até aquelas que buscam tratar do direito à memória e à verdade, além do direito à justiça, cuja luta central é pela identificação, julgamento e punição dos agentes do Estado responsáveis por violações aos direitos humanos (com destaque para a prática da tortura) durante o período ditatorial.

Ademais, é necessário pontuar que o crescimento do revisionismo, do negacionismo histórico e das batalhas de memórias em torno da ditadura militar brasileira se insere num processo mais amplo, de reemergência das direitas (em sua heterogeneidade) nas ruas e sua presença marcante nas redes/mídias sociais, que tem competido com os meios convencionais de comunicação no que diz respeito à circulação de informações em larga escala. Tais meios se fortalecem à medida que grupos de extrema-direita desqualificam o conhecimento científico e os meios de comunicação tradicionais, de modo a se apresentarem enquanto única fonte confiável de informação.

Para a realização da pesquisa, estabelecemos como critério, primeiramente, a análise dos sites que indicam a transição e transposição dos argumentos em defesa da ditadura para os meios digitais e, posteriormente, buscamos analisar os canais que, a partir da segunda década dos anos 2000, têm maior quantidade de acessos (visualizações, indicadas pelo Youtube) e repercussão entre o público jovem.

Selecionamos para este artigo uma pequena parte das fontes analisadas na pesquisa. Inicialmente apresentamos uma transposição dos “memorialistas do poder” para a internet: o site *A Verdade Sufocada*. Em seguida, analisamos um vídeo do canal do *youtuber/influencer* conservador Nando Moura. A análise buscou compreender o movimento dialético entre produção (textual e/ou audiovisual) e recepção (caixa de comentários) dos discursos revisionistas e negacionistas da ditadura presentes nas redes sociais digitais, bem como o processo de retroalimentação dessas narrativas, que compõem uma comunidade de memórias em rede⁴.

4 O critério de escolha das matérias selecionadas do site *A Verdade Sufocada* foi pautado pela quantidade de interações existentes na caixa de comentários das mesmas, de modo a nos possibilitar uma avaliação e interpretação das narrativas revisionistas e/ou negacionistas da ditadura militar brasileira que circulam no ciberespaço. Tendo em vista este critério, foram selecionadas as seguintes matérias: “Opinião de quem leu” (leitores do livro *A Verdade Sufocada*) e “A Revolução Democrática de 31 de março de 1964”. Com relação ao vídeo selecionado, buscou atender alguns requisitos: vídeo postado por um perfil pessoal; ter mais de 1 milhão de inscritos no canal; ter expressivo número de visualizações (mais de 100.000); expressar um discurso revisionista/negacionista da ditadura militar; contar com mais de 1.000 interações via caixa de comentários da plataforma Youtube. Com base nesses critérios selecionamos o vídeo do canal do *youtuber/influencer* conservador Nando Moura.

O site *A Verdade Sufocada*, de acordo com os dados que conseguimos, foi criado no ano de 2006 por um Webmaster (cujo nome não é mencionado), que cuidou da parte técnica do site, em parceria com a então esposa do coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra, Maria Joseita Silva Brilhante Ustra. O nome do site foi baseado no livro de mesmo nome escrito pelo coronel Ustra. Até janeiro de 2021, o site já havia recebido, de acordo com o contador estatístico do mesmo, mais de 73 milhões de visitantes, número que, se for fidedigno, é muito significativo quantitativamente (ressalvando que tal número de visitas não significa necessariamente a adesão dos visitantes aos conteúdos ali publicados).

O site é composto por diversas seções. Dentre elas destaca-se a seção de notícias onde são apresentadas matérias sobre alguns assuntos/categorias: FARC; MST; Política interna; Política externa; Eleições; Corrupção; Forças Armadas; Contra revolução (sic) de 1964; Diversos (no interior desta categoria encontram-se temas relacionados à luta armada, Projeto Orvil⁵, Foro de São Paulo, Anistia, indenizações, doutrinação, revanchismo, Comissão da Verdade, entre outros). Todas as matérias que se encontram disponíveis no site contam com opções de compartilhamento para várias formas de mídias e redes sociais digitais, como Facebook, Whatsapp, Twiter, Telegram etc., além de poderem ser compartilhadas via e-mail e para outras tantas plataformas de rede.

Um comentário de um leitor, publicado no site, sobre o livro de Ustra, nos dá o tom sobre como *A Verdade Sufocada* serviu (e ainda serve), junto com outras obras, como um gatilho para aflorar disputas de sentido sobre o período ditatorial, com vistas a atender a interesses do tempo presente.

(Leitor 1): O livro é de se ler de um fôlego só. Conta a História recente de nosso país, com ênfase nos seus últimos quarenta e poucos anos, e *põe por terra toda a diatribe inventada pela esquerda idiota que se apossou do(s) governo(s), a partir do fim da contra-revolução (sic) de 1964, em 1985, em especial o último, com Lula na Presidência...* Num relato corajoso, bem montado, vigoroso, verídico e extremamente interessante, o Coronel Ustra relata, sem deixar nenhuma dúvida, os planos que a calhorda comunista que sobreviveu àqueles tempos, pretende a partir da tomada do poder. Constitui-se, o texto em si, num último e poderoso alerta às pessoas de bem contra as manobras atuais dessa esquerda burra, que podem levar o país, se não detida agora, à (sic) uma guerra civil sem precedentes, aliando-se a pobre e caudilha América Latina que nos rodeia, tentando recuperar, aqui, o que a União Soviética e o lixo de Cuba perderam há quase vinte anos. É livro de se recomendar fosse estudado até nas escolas. *Parabéns ao autor e sua equipe!!! Não adiantaram os boicotes das editoras e livrarias. A verdade não está mais sufocada!!* (25/07/2006) (grifo nosso).

Um aspecto enfatizado no comentário acima, diz respeito à existência de um plano de tomada do poder organizado pela “calhorda comunista” e os seus objetivos escusos (os quais não são mencionados pelo autor do comentário). Assim, aponta, a partir de uma lógica belicosa (que busca imputar à “esquerda burra”), a necessidade das “pessoas de bem” se mobilizarem contra as manobras realizadas pela esquerda que, segundo o autor do comentário, poderiam levar o país para um cenário de “guerra civil”, sendo necessário impedir, como ocorrera no passado (com a “contra-revolução (sic) de 1964”) que esta recupere, em aliança com governos da ‘América Latina’ (cabe destacar que, no argumento, o Brasil não faz parte dela), sua força social e política. Ademais, o comentador coloca a necessidade de

⁵ *A Verdade Sufocada* foi um dos primeiros sites a disponibilizar (segundo nossas pesquisas, ao menos desde 2007) para download a versão datilografada do Projeto Orvil na íntegra, sendo um dos principais meios de divulgação do material produzido pelo CIE em meados dos anos 1980, material esse que serviu e ainda serve de base para muitas das leituras da extrema-direita sobre a ditadura militar.

o referido livro ser estudado nas escolas, subentendendo que compreende que o conteúdo ensinado nas escolas é manipulado pela “esquerda”.

Dentre as narrativas presentes na caixa de comentários, encontra-se um discurso com pretensão de apresentar a “verdade histórica” que teria sido escondida pela mídia e pelas esquerdas. Busca-se, com isso, quando não justificar, amenizar as mortes dos opositores (subversivos, maconheiros, vagabundos) do regime ditatorial, apelando para o argumento estatístico de ter havido poucas mortes se comparado a outras ditaduras⁶.

(Comentador 1): Essa história de golpe militar, regime autoritário, ditadura dos quartéis... é pura historinha para esquerdista dormir feliz e justificar o levante armado financiado pelo sindicato internacional revolucionário marxista com sede em Moscou. Cambada de maconheiros e vagabundos que tocaram a zorra no país, assaltaram, sequestraram, assassinaram, torturaram cidadãos comuns e correligionários de correntes adversárias. Nunca houve no mundo intervenção estatal contra um levante golpista de esquerda com caráter autoritário e antidemocrático, onde se “vitimou” número tão pequeno de subversivos. Se compararmos a quantidade dos que tombaram de ambos os lados no Brasil, nas décadas de 60 e 70, com outros exemplos na América Latina, África, Ásia ou mesmo Europa... a presença militar no curso das políticas no Brasil vai parecer brincadeira de criança... Revisionismo não, mas a VERDADE HISTÓRICA! (23/08/2013).

A estruturação dessa narrativa opera a partir da polarização política, polarização essa que já atuava fortemente durante e após as Jornadas de Junho de 2013⁷. Além disso, durante o período da postagem do comentário, também se encontrava em atividade a Comissão Nacional da Verdade, que recebeu muitas críticas dos setores de extrema-direita, militares e civis, acentuando as disputas de memória em torno dos governos militares.

Outro dos comentários é de um filho de militar que nasceu em 1964 e viveu sua infância e juventude durante os governos militares. O comentarista, que realiza uma autolegitimação de seu discurso ao dizer que possui “razoável propriedade” para avaliar o período dos governos militares, relata, em um tom saudosista, que a vida naquela época era “indubitavelmente melhor do que hoje” (comentário foi feito no dia 09/01/2014). Relata sobre as atividades do cotidiano das pessoas, sobre sua escola (uma escola pública de excelência, segundo o comentarista) e o respeito que havia para com os professores.

(Comentador 4): Eu Nasci em Novembro de 1964. Sou filho de militar. Posso dizer, com razoável propriedade, que durante minha infância e juventude, as pessoas eram felizes. levávamos (sic) uma vida normal e indubitavelmente melhor do que hoje. Eu via as pessoas nas festas, em reuniões nos bares com os amigos, levando seus filhos para os estádios de futebol, saindo para dançar ou simplesmente participando dos “assustados” e festas de 15 anos. A vida era muito boa. Eu fui pobre, mas estudei em excelentes escolas públicas e sei que havia muito respeito aos professores [...] (09/01/2014).

6 A partir de 2009, os argumentos dos defensores do regime, mesmo que sem fazer referência direta, se apoiam – para além dos ‘memorialistas do poder’ – em artigo publicado pelo historiador Marco Antonio Villa na Folha de São Paulo (2009) e seus posteriores desdobramentos.

7 As chamadas Jornadas de Junho de 2013 referem-se a um conjunto de protestos e mobilizações sociais que, em seu início, contava com uma reivindicação contra o aumento do preço das passagens de ônibus (Movimento Passe-Livre – MPL), mas que, aos poucos, foram se metamorfoseando e sendo capturadas por movimentos da chamada “nova direita”. Os significados históricos e políticos dos eventos de junho de 2013 ainda seguem em debate, visto a multiplicidade de agendas e pautas expressas nessas manifestações, indo de reivindicações mais progressistas às mais conservadoras e reacionárias (pedido de “intervenção militar”), a depender do local de ocorrência desse movimento.

Percebe-se a relação nostálgica que o comentarista estabelece com seu passado, sua infância e juventude, como um tempo em que, apesar da pobreza vivida pelo mesmo, havia felicidade, em contraposição aos dias atuais. Na sequência do comentário, o autor expõe que

(Comentador 4): [...] Não devia ser boa a vida, evidentemente, para uns poucos ratos que se metiam a besta e levaram umas palmadinhas no bumbum (dos militares) para que pudessem aprender qual o lugar que lhes cabia, de fato, na história. Sim, porque se compararmos a ditadura militar no Brasil, com as ditaduras vigentes à época é notória a brandura com que os opositores do regime foram tratados no Brasil. Vejam apenas o exemplo de Cuba país com um contingente populacional 15 vezes menor que o nosso. 17.000 dissidentes trucidados por Fidel. Isso é quase seis vezes mais do que o número de vítimas do regime militar no Brasil. Não estou aqui dizendo que eles (não) cometeram excessos. Sim, cometeram. Mas não se pode tomar a consequência pela causa e precisamos manter íntegra a ordem temporal dos fatos, em nossas cabeças, para que posamos compreender a história. Aquele foi um tempo de guerra e o Golpe de 64 foi nada mais, nada menos que uma reação legítima a um sistema macabro que tinha a intenção de se instalar no país. E graças ao Pai Celestial e aos militares, eles foram derrotados. Ao menos, naquele momento. Porque o espectro do comunismo ainda ronda o país e, confesso, me atemoriza (09/01/2014).

Por estes – e outros tantos exemplos que analisamos - que dado ao tamanho de um artigo não podemos explicitar – percebe-se que espaços virtuais, como o site *A Verdade Sufocada*, constituem-se como comunidades de memória em rede nas quais indivíduos e grupos conservadores criam laços e trocam experiências saudosistas. Contudo, formulando, individual e coletivamente, narrativas que procuram invalidar o debate historiográfico sobre a ditadura, seu alvo final é, evidentemente, o presente representado como um tempo de revanchismo e decadência.

Embora com um número de visualizações muito alto, o formato website ainda exige esforço de leitura para que os comentários sejam realizados, o que explica, em parte, o número pequeno de interações que encontramos em média. Já o formato vlog⁸, presente na plataforma Youtube, que analisamos a seguir, um vídeo curto, com linguagem mais agressiva que analítica, tem despertado nos seus espectadores muito maior desejo de interação.

O canal de Nando Moura, à época da coleta de dados da pesquisa (2021), tinha mais de 3 milhões de inscritos e o vídeo selecionado mais de 600 mil visualizações, quase 70.000 curtidas e cerca de 1.800 comentários. Além do conteúdo do vídeo, analisamos as interações dos usuários através dos comentários, propondo mapear algumas narrativas recorrentes no discurso conservador de defesa do legado deixado pela ditadura militar.

O vídeo analisado foi postado no canal no dia 27 de novembro de 2017, recebendo o título: “A VERDADE sobre a DITADURA BRASILEIRA”, possuindo a duração de 9 minutos e 17 segundos. Apesar de extensa, pensamos que seja importante transcrevermos aqui boa parte da narrativa do vídeo:

Qual é a verdade, a verdadeira história por trás da ditadura militar brasileira? O que que (sic) aconteceu de fato? Contra o que que (sic) eles estavam lutando? Porque que eles assumiram o poder? porque parece né... a mídia vende pra você a seguinte história: não, de repente os militares malvados (sic) assumiram o poder única e exclusivamente para oprimir aqueles comunistas tão bonzinhos que lutavam pela democracia e pela liberdade. Ah, nossa, tadinho deles! [tom de deboche]. Até mesmo em vídeos

⁸ O *vlog*, é um formato no qual a pessoa (vlogger) grava “vídeos de opinião em suas próprias casas, sem mudança de cenário e sem artifícios exorbitantes de edição” (NETO, 2019, p. 89).

aqui do youtube você vê aspectos dessa verdade né (...). A globolixo (sic) fez uma minissérie onde os militares malvados (sic) oprimiam os comunistas tão bonzinhos, aquela ‘Os dias eram assim’. Mas o que que aconteceu de fato? Não vai ser em um vídeo de Youtube que você vai aprender. Você precisa estudar, buscar, principalmente pelas fontes primárias, do que que (sic) aconteceu de fato, contra o que que (sic) eles estavam lutando. Chegou no Brasil este livro aqui, 1964 - o elo perdido: o Brasil nos arquivos do serviço secreto comunista. O que os comunistas fizeram no nosso país nesse período? Este é um livro que acaba de chegar na minha livraria, na minha biblioteca lá, que você pode pesquisar. (...) Esse livro aqui é muito importante, porque ele mostra todo o trabalho desses... do serviço secreto comunista no Brasil, pra que você chegasse no dia de hoje e visse lá um moleque de 12 anos de idade (cê acha que não tem relação, mas tem) 12 anos de idade com um namoradinho se beijando na frente do bolo do Pablo Vittar e a mãe falando⁹: (...). Que maravilha. (...) Um homem nu e a criança incentivada a tocar num homem pelado... a exposição do Santander. Os sem-terras fazendo a maior desgraça no nosso país. Termos elegido um sapo cachaceiro e uma marmota, né, que quer estocar vento na Presidência da República. Você acha que foi o que, que não saiu de lugar nenhum? Esse é um livro fundamental. O prefácio é do professor Olavo de Carvalho e ele já começa com uma frase muito importante: ‘Nenhum homem neste mundo conhece toda a verdade. Aquilo que nós, seres humanos, chamamos de “verdade” é somente a sua busca. A busca pela verdade só é possível em uma discussão livre. Por isso, o regime comunista que a proíbe é, por força das coisas - uma grande mentira. (...)’. Para entender melhor este livro aqui é muito interessante o *Desinformação*, do tenente general Ion Mihai Pacepa. É fundamental, porque ele organizava essa... esses movimentos de desinformação em países como da América Latina, como o seu, como o Brasil, para que subisse no poder uma... uma Dilma, um Lula. Isso é um plano de muito, muito, muito tempo atrás. E ele conta tudo, é um... é um militar de mais alta patente do serviço comunista que desertou e contou a verdade (MOURA, 27/09/2017).

Os comentários¹⁰ deste vídeo apresentam significativo grau de aprovação em relação ao conteúdo exposto no mesmo (embora também existam críticas, em menor grau, ao conteúdo apresentado, inclusive críticas advindas de diferentes nuances dos posicionamentos de direita), sendo um bom indicativo a quantidade de usuários que comentaram terem comprado os livros (ou algum deles) ou demonstraram interesse em adquirir os livros recomendados por Moura durante sua apresentação, além da quantidade de *likes* (gostei) em comparação com os *deslikes* (não gostei), aproximadamente 70 mil e 4 mil, respectivamente.

Várias são as interações em que usuários/seguidores jovens do canal se manifestam dizendo que estavam estudando sobre o assunto na escola, tinham feito avaliações ou trabalhos escolares relacionados ao tema da ditadura militar brasileira próximo à data do lançamento do vídeo do canal.

Nas interações que relacionam o tema do vídeo e a escola prevalece (ainda que haja algumas exceções) a ideia de que esta e os professores manipulam a verdade sobre o assunto, tal como podemos verificar nesses comentários: “Eu tô estudando isso na escola, só q (sic) na escola os professores manipulam a verdade, obrigado Nando Moura seu canal é de mais (sic)”; “não é só a mídia que vende assim, Nando. Na escola msm (sic), eu aprendi mais ou menos isso, MEC adora dar abraço em comunista”; “Omitido pela mídia e pelos professores de história comunistas que nós temos nas escolas”; “Meu

⁹ Alguns trechos foram cortados com a intenção de poupar o leitor da vulgaridade, grosseria e obscenidade da linguagem torpe e repulsiva utilizada pelo Youtuber defensor da família, da moral e dos bons costumes.

¹⁰ Não sendo possível precisar a data de publicação de cada comentário (devido a não disponibilização dessa informação na plataforma), indicamos que todos os comentários que aqui apresentamos, referentes ao vídeo analisado, foram publicados na caixa de comentários, da plataforma de vídeo Youtube, a partir da publicação do mesmo no dia 27 de novembro de 2017. Para acessar os comentários, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=mrnrgVTk9zA>.

professor comunista indicou Raul Seixas, Caetano Veloso e etc... Logo após ele foi refutado! OBS: Doutrinando alunos de 8º série (A ditadura era malvada)”; “Vale ressaltar que argumentos vindos de professores comunistas, sobre o regime militar não valem de nada”;

O que mais me deixa triste é ver como as escolas desinformam, isso começa de (sic) de a infância, nos atinge através da mídia e estará presente na faculdade. A DOUTRINAÇÃO nos manipula e rege nosso caminho a tanto tempo que fica quase impossível para a nova geração notar a real importância de buscar informação.

Nando semana passada fiz um trabalho na escola sobre a ditadura em 1964. E como já entendia do assunto, eu fui nos (sic) sites que já tinha lido sobre e fiz minhas conclusões sobre o trabalho. Conclusão: Os trabalhos que falaram que foi um golpe se deram bem. E o professor me chamou de loco (sic) por ter pego uma fonte desconhecida e ainda por cima mentido. Obs: peguei no site do Olavo de Carvalho.

Também se faz presente a interação de pessoas que narram sua experiência de vida durante o período de vigência da ditadura (referida na maioria das vezes apenas como regime ou governo militar), ou ainda usuários que relatam a experiência de um familiar mais velho como meio de apresentar um “argumento de autoridade” para expor uma avaliação daquele contexto, tal como os seguintes exemplos:

Meu pai com 80 anos, nunca soube me explicar essa tal ditadura militar, ela (sic) fala que não viveu o que esses comunistas falam. Sempre foi muito bem tratado pelos militares, até carona eles davam dependendo da hora que vc (sic) descia do ônibus e sua residência era longe, trabalhador honesto nunca sofreu nessa época.

[...] minha mãe dizia que nessa época havia mais respeito entre as pessoas tinha muito emprego as escolas públicas tinham um ensino ótimo ela podia andar na rua tranquila (sic) pois só eram reprimidos vagabundos e quem era a favor de comunismo então eu acredito nela que viveu a época e não em vc (sic) um historiador de [...].

Vivi ainda nos tempos da chamada “ditadura” nunca meu pai, amigos e famílias foram torturadas ou censuradas. Aliás, vi uma certa vez uma (sic) traficante levando bordoadas da PM. E só.

Tenho 45 anos e vivi no final da “Ditadura”. Na minha adolescência tínhamos liberdade de ir e vir sem sermos mortos ou assaltados. Vocês não imaginam como aquela “ditadura” era boa (sic) foi ruim apenas para psicopatas, que aliás hoje nos tutelam.

Alguns comentários acabam por fazer o contraponto entre as memórias de familiares e os conteúdos apresentados na escola (mas também na mídia e nas universidades) a respeito da ditadura militar brasileira, de modo a apresentar a narrativa da experiência vivida como mais confiável do que a narrativa histórica apresentada em sala de aula, esta vista como ideológica. Seguem os exemplos: “todas as pessoas que conheço que viveram essa época, contam uma versão bem diferente dessa que ouvimos nas escolas e mídia”; “a maioria dos historiadores do Brasil são todos esquerdistas, a maioria do conteúdo produzido na “academia” possui viés ideológico”;

A escola vende uma ditadura que não houve. Em quem devo acreditar, no meu avô que viveu aquela época (regime militar), e relata com alegria como era viver numa sociedade com segurança, educação de qualidade, valores morais, ou na escola; encharcada de viés ideológicos (sic), onde só um lado da história prevalece? REFLITA...

Nando eu estava aprendendo sobre a ditadura militar na escola. A minha professora falava aquelas mentiras que foi a pior época reclamava e muito mais aí eu fui falar isso pro meu pai e ele me explicou que se a ditadura b (sic) tivesse assumido o poder o Brasil poderia ser que nem a Coreia do norte e cuba.

Parabéns! Muito boa sua abordagem. Quando eu estudava na 8ª série falei e provei para a minha professora a (sic) não houve ditadura e provei para ela. Foi muito simples pra mim, meu avô me ensinou muitas coisas e principalmente a ler, então eu estava armado para provar pra ela e amigos de classe.

Concomitantemente a isso, alguns comentários buscam contraporem-se aos governos pós-ditadura e aos “políticos” de modo generalizado, especialmente os identificados nesse discurso como “comunistas”, vistos de modo negativo nessa narrativa.

os militares eram homens de moral que lutavam pela soberania da Pátria, pela Soberania de seu povo, e pela família brasileira, eu sei o que significa ditadura e se hoje houvesse um sistema que controlasse quem poderia ou não entrar na política, eu seria a favor porque aí não teríamos um sapo barbudo, uma estocadora de vento, e o Aécio cheira pó.

No periodo (sic) militar havia ordem; hoje há desordem; no periodo (sic) militar havia segurança; hoje as pessoas tem medo de ir à rua com medo de morrer; no periodo (sic) militar havia emprego; hoje há sub-emprego (sic) isso quando se consegue.

Você prefere acreditar nessas emissoras e professores de história comunistas? Tudo o que eles contam para o povo são mentiras. *Os criminosos que fazem parte dessa quadrilha que hoje está no poder, (sic) eram os mesmos que foram perseguidos pelos militares naquela época.* Por que será hein? A verdade foi escondida da população que NÃO CONHECE a própria história. Você consegue entender o tamanho do estrago que isso causou ao nosso país? Os verdadeiros vilões são tratados como heróis e os heróis são desprezados por tudo aquilo que combateram (grifo nosso).

No limite, surgiram argumentos que lamentam que muitos ditos “comunistas” não tenham sido mortos pelo regime, mas “apenas” torturados, como os comentários a seguir: “o erro da “ditadura” que DIZEM que teve no Brasil, foi torturar e não (sic) matar¹¹, pois se tivessem matado, hoje não (sic) teríamos (sic) Dilma (sic) e sua facção de bandidos sugando nossas riquezas”; “O mal dos militares foram (sic) não ter feito o serviço completo que era de matar esses canalhas comunistas agora estamos pagando muito caro por esse erro!”.

Enfim, pode-se perceber que o entendimento apresentado por Nando Moura a respeito da temática do vídeo também é compartilhado em diversos comentários que tratam a deposição de Goulart em 1964 como uma necessidade para conter o avanço do “comunismo” no país, leitura advinda da Doutrina de Segurança Nacional. De fato, é a mobilização do imaginário anticomunista que desempenha o papel de motor central da batalha de memórias e da construção das narrativas revisionistas e/ou negacionistas do golpe de 1964, da ditadura que o sucedeu, que, conferindo um sentido de positividade aos governos (ditatoriais) militares, expressam os interesses e as lutas políticas de indivíduos e grupos de extrema-direita em defesa de projetos (autoritários) de sociedade no tempo presente.

11 Repetindo a frase do deputado Jair Bolsonaro em entrevista à rádio Jovem Pan em 8 de julho de 2016.

ENSINAR UMA HISTÓRIA DIFÍCIL EM CONTEXTO ADVERSO:

Defendemos, neste artigo, que os argumentos dos saudosos da ditadura, apresentados anteriormente, presentes em livros e plataformas digitais, terão que ser conhecidos pelos professores de História. Isto impõe um novo desafio de formação que é o de aliar o conhecimento historiográfico à preparação para o debate público.

Portanto, o enfrentamento da temática não pode ser relegado à iniciativa individual dos docentes da Educação Básica. Na atual conjuntura, o professor que busca tratar o tema com profundidade necessita realizar uma transgressão do currículo e da cultura escolar, que privilegia a quantidade de informações atendendo a uma concepção cronológica e linear da História.

A abordagem do tema da ditadura militar nas aulas de História precisa estar inserida em uma política pública, na luta coletiva pela construção de uma sociedade democrática, com base na pluralidade de ideias e na dignidade da pessoa humana. Neste sentido, a própria Lei da Anistia e a pouca incidência de políticas de memória dificultam o trabalho docente.

Costuma-se evocar a experiência argentina para comparação. Balestra (2016) elenca diversas efemérides e instituições criadas para abordar a memória do *terrorismo de Estado* e reforçar a luta pela democracia no país vizinho. Em 1988 foi instituída a comemoração, todo 16 de setembro, de “La noche de los Lápidas”, fazendo alusão ao dia em que um grupo de secundaristas foram raptados e assassinados por reivindicar a volta da subvenção ao transporte público para os estudantes. Desde 2001, dentro e fora das escolas, tem-se o 24 de março (data do golpe de Estado) como “*Día Nacional de la Memoria por la Verdad y la Justicia*” para lembrar as vítimas e exigir a punição de todos os envolvidos. Já o dia 10 de dezembro foi instituído como “Día de la Restauración de la Democracia” e “Día Internacional de los Derechos Humanos”. Ainda em 2011 foi inaugurado o “Parque de la Memoria”, um grande espaço dedicado às vítimas da ditadura, na cidade de Buenos Aires, à beira do Rio da Prata, com centro de documentação, obras de arte fixas e exposições temporárias.

Antes da historiografia, foram os movimentos sociais e as políticas de memórias que fizeram a ditadura recente adentrar ao ensino de História na Argentina. Logo após o reestabelecimento da democracia política, o documento “*Nunca Más*” se tornou um texto de referência para o trabalho nas escolas. Mais tarde, em 1997, juntou-se ao documento, um livro, escrito por pesquisadores do Ensino de História “*Haciendo memoria en el país de Nunca Más*”. Num projeto de construção e fortalecimento da cultura democrática, a temática ganhou grande espaço no Currículo das Ciências Sociais, dentro de uma perspectiva latinoamericana.

Enquanto isso no Brasil, segue-se com o currículo linear cronológico, com ilusão de atender toda a história, sem fazer seleção e diferenciação qualitativa das temáticas abordadas, das demandas a serem atendidas e do tempo disponível aos docentes para um trabalho aprofundado. A quantidade de informações e objetivos de aprendizagem aprisiona o professor num currículo passivo, baseado em aulas de enunciação, uma prática pedagógica pobre, de transferência, que Paulo Freire chama de ‘cadáveres de informação’ (1986), sem conexão com a vida, com baixa densidade formativa, onde os estudantes são excluídos da busca, da atividade do rigor.

O papel orientador da aprendizagem da História se concretiza quando esta atinge a memória coletiva. E é esta busca que demanda tempo e planejamento do docente e dependerá da eleição coletiva

dos passados sensíveis como foco principal da história escolar. Todavia, não é no trato das ditaduras que o exercício do exame da disputa de memórias no ensino de História deve ser feito pela primeira vez. O ambiente escolar nunca será seguro se a prática democrática, do debate e da construção de argumentos plausíveis, não for exercida constante e coletivamente na escola.

Feitas estas considerações, as pautas dos saudosos da ditadura podem se tornar um bom ponto de partida para a discussão da disputa de memória na sala de aula. Em primeiro lugar é preciso considerar que para a maioria das pessoas, a vida continua sob a ditadura militar, havendo, para muitos dos cidadãos comuns, dificuldades de perceber mudanças numa sociedade que já era desigual, autoritária e violenta. Neste período, então, há todo um cotidiano se desenrolando apesar da existência de uma ditadura. Algumas pessoas viveram a infância ainda em cidades do interior ou mesmo em grandes cidades, sem tantos automóveis, armamentos pesados (como atualmente), podendo correr e brincar mais livremente por espaços abertos, mesmo sob condição de pobreza. Há pessoas que viveram uma paixão, iniciaram um relacionamento afetivo, ao som de cantores românticos brasileiros cantando canções - e adotando codinomes - em inglês. Há pessoas que dançaram nas discotecas, no final dos anos 1970, ao som dos Bee Gees, do ABBA, dos embalos do sábado à noite. Há pessoas que compraram uma televisão, em prestações, aproveitando o chamado *milagre econômico*. Outros até puderam adquirir um Fusca ou uma Brasília. Há pessoas que tomaram banho com chuveiro elétrico pela primeira vez. Há realizações do governo ditatorial como campanhas de vacinação em massa. Da mesma forma é preciso reconhecer a existência de grandes obras de infraestrutura que deram certo (embora, como comprovam pesquisas, com muita corrupção) e outras que não deram e foram um fiasco.

Entendendo a vivência cotidiana dos cidadãos, o aumento da propaganda governamental e o apelo ao consumismo, para além do autoritarismo, pode-se, então, mudar os termos da conversa. Através de manchetes e reportagens de jornais do início dos 1980, é possível perguntar aos estudantes que país nos foi entregue após mais de 20 anos de controle autoritário. Uma das maiores dívidas externas do mundo, uma inflação incontrolável, desemprego em massa, violência e crime organizado, casos de corrupção generalizados, crescimento descontrolado das cidades, um país sem preparação mínima para o exercício democrático, são alguns dos legados recebidos após os militares abandonarem o poder. O país, que já havia prolongado a vergonhosa escravidão por mais tempo que todos os demais, agora era a sociedade com maior índice de desigualdade do mundo. Brazilianization vai se tornar sinônimo de capitalismo selvagem (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 633).

Mello e Novais, em 'Capitalismo tardio e sociabilidade moderna' (1998) trazem dados muito concretos em relação a estes legados da ditadura. Uma modernização selvagem da agricultura, agudizando a persistente situação de miséria da população rural brasileira, faz cerca de 40% desta população migrar para as grandes cidades na década de 1970. Ao invés de promover a reforma agrária, incentivando a agricultura familiar, a ditadura reforçou o monopólio da terra. A população trabalhadora que permaneceu no campo continuou na miséria, em situação ainda mais precária como 'boia-fria' ou 'volante', buscando trabalho temporário em regiões distantes.

A ditadura, então, impôs o mercado como motor da história e estruturador da sociedade. Estavam em jogo, no início dos anos 1960,

(...) de um lado o capitalismo selvagem e plutocrático. De outro, um capitalismo domesticado pelos valores modernos da igualdade social e da participação democrática dos cidadãos, cidadãos conscientes de seus direitos, educados, verdadeiramente autônomos, politicamente ativos.

Portanto, 1964 representou a imposição pela força de uma das formas possíveis da sociedade capitalista no Brasil (Id. p. 618).

O regime autoritário buscou extinguir, pela violência, forças que lutavam pela democracia e pelo igualitarismo. É preciso apresentar aos estudantes os valores em que se pautavam os grupos que resistiram à ditadura, sem deixar de apontar possíveis contradições. Projetos partidários, discursos e conceitos podem ser mobilizados como documentos para análise em sala. Independente de qualquer julgamento sobre estes valores ou contradições, é importante que os estudantes entendam a democracia como um valor fundamental para o mundo moderno.

Ao interditar o espaço público e impedir o debate, a ditadura perpetrou uma despolitização da vida social. Tortura, prisão, exílio, censura, corrupção do sistema jurídico e assassinatos de opositores foram meios utilizados para garantir a existência do capitalismo, sem outros valores da modernidade. Seriam a democracia, a escola republicana, formadora de cidadãos capazes de formular, com independência, juízos políticos, morais e estéticos e os próprios direitos de cidadania, entre outros, as forças capazes de frear ou regular o funcionamento desequilibrado e socialmente destrutivo do capitalismo:

(...) é preciso compreender que uma sociedade sem liberdades fundamentais efetivas é incapaz de dar abrigo firme a valores universais e de permitir o confronto inovador entre diversas visões de mundo e distintas alternativas de organização, presente e futura da vida coletiva (Id., p. 619).

Então, quando idosos ou jovens falam de um mundo mais seguro no passado, é preciso argumentar que esta é uma consequência do capitalismo plutocrático, subserviente e dependente que a ditadura veio para consolidar no Brasil. Junto com a historicidade da sociedade brasileira, apresentada e discutida com base na interpretação de evidências, os valores e promessas da modernidade hão de ser evocados no debate sobre ditadura nas aulas de História. É possível estudar trechos da Doutrina da Segurança Nacional como uma extensão da colonialidade – que pode defender os valores da civilização e da dignidade humana e, ao mesmo tempo, definir quem é humano e quem não é. É justamente a concepção de guerra que nutre o colonialismo, a colonialidade e a DSN que permite a desumanização do outro como inimigo interno.

Colocar em debate explicitamente os argumentos dos saudosos da ditadura ou de youtubers – agitadores desvairados, talvez, por isso, populares – utilizando fontes históricas e visando a produção de argumentos plausíveis é uma maneira de enfrentar a deslegitimação da autoridade docente na escola. Evidentemente que, no momento em que estamos concluindo este artigo, às vésperas das eleições de 2022, é difícil crer na possibilidade de um gesto afirmativo ou apelo à razão, afeto ou sentimento que possa desarmar a belicosidade e a intolerância de pessoas hipnotizadas pelo incentivo ao ódio propagado dia e noite por redes sociais. Contudo, em médio prazo, esta será a luta do ensino escolar de História e razão principal de sua existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: REPENSANDO FORMA, CONTEÚDO E OBJETIVOS NO ENFRENTAMENTO DOS NEGACIONISMOS.

Há muito tempo sabemos que aprendizagem da História, memória e historiografia se conectam através de afetos sociais, leituras racionais, sentimentos e valores. Como vimos, o desafio atual do professor de História se multiplica ao ter que lidar com negacionismos deliberados e produção de *efeitos de verdade* nas redes sociais digitais.

Como afirmamos anteriormente, a temática da ditadura militar está relacionada ao que se tem entendido como *passados traumáticos*. Tratam-se de passados ainda não resolvidos na memória coletiva, sensíveis, incômodos, que dividem, estabelecem rachaduras no corpo social, nos impedem de caminhar coletivamente. Dizem respeito, portanto, a muito mais do que um episódio histórico. São os nossos valores coletivos mais profundos que estão em jogo. Abordá-los exige uma outra política do tempo escolar e do tempo curricular na seleção do que é fundamental para a formação que queremos oferecer. Quanto mais consciência da escolha, quanto mais aguçados os critérios políticos, acadêmicos, sociais da seleção curricular, mais chances de que esse trabalho seja significativo. É só assim que os docentes poderão desenvolver uma abordagem mais profunda do processo intersubjetivo de significação e ressignificação do sentido histórico.

A partir das análises realizadas ao longo da pesquisa, percebemos que muitas das narrativas formuladas, durante o processo de redemocratização, pelos “velhos” revisionistas e/ou negacionistas da ditadura estão na base dos argumentos dos atuais jovens defensores do autoritarismo presentes nas redes sociais digitais. O contexto da reemergência conservadora no país (mas também em boa parte do mundo) criou as condições para a amplificação das enunciações e narrativas revisionistas e/ou negacionistas da ditadura. Memórias que antes se apresentavam envergonhadas e sem legitimidade para atuar no espaço público (físico ou virtual) encontram nesse contexto de ascensão do conservadorismo, do questionamento ao conhecimento científico (em especial nas ciências humanas), com a crise das esquerdas no país, uma janela de oportunidade para se fazer presentes e disputar os sentidos coletivos do passado tendo em vista a defesa de suas visões de mundo no presente.

Nessa estratégia de disputa política, a forma, calcada numa retórica sofisticada, por vezes debochada, com forte apelo persuasivo, na utilização de ataques *ad hominem* (ataque ao oponente e não aos argumentos deste) aos interlocutores de posicionamento político divergente, importa mais que o conteúdo, muitas vezes calcado na construção de “espantalhos”, ou seja, na apresentação caricata, simplista (quando não falseadora) dos argumentos que buscam “refutar”, tal como vimos em relação aos conteúdos que analisamos, em especial no vídeo do youtuber Nando Moura.

Contudo, caso o professor resolva desconsiderar, pelo absurdo, estas argumentações, elas certamente chegarão à sala de aula, trazidas pelos estudantes de forma direta ou camuflada. A horizontalização e a descentralização dos debates, ainda que frágeis ou desonestos, nas redes sociais trazem consequências para a escola. Por isso a aprendizagem histórica deste e de outros temas sensíveis não pode mais ser entendida como o simples acúmulo de informações sobre o passado. Compreender que toda a educação é política diz respeito a considerar que ela se dá dentro do mundo dos valores. Professores de História terão que estar mais preparados para a agonística da ágora para que seus alunos também

estejam, sustentados pelos procedimentos históricos de validação, não pela *posse* da verdade, mas por sua busca constante e honesta.

Os saudosos da ditadura tendem a esconder o seu legado econômico e político no sentido amplo. Propomos partir da humanização do cotidiano do cidadão comum para debater estes argumentos e mudar os termos da conversa acrescentando outros elementos como a repressão a quaisquer instrumentos de luta coletiva por melhores condições de vida; a cultura da corrupção, sem transparência e controle público; a subserviência ao imperialismo; o aumento da concentração de renda e poder; a deseducação política durante a ditadura etc.

Todas as sociedades modernas possuem suas fraturas. O que está em jogo no enfrentamento das disputas de narrativas é o papel terapêutico das Ciências Humanas e, em nosso caso, do ensino de História, na própria reequilibração destas sociedades. Neste caso faz-se necessário enfatizar mais uma vez que o professor de História não é mero facilitador ou reproduzidor de informações produzidas nas academias. Participando da formação de novas gerações de cidadãos a partir de valores compartilhados, conteúdo, forma e objetivos do ensino escolar de História se amalgamam no processamento social das situações traumáticas na rearticulação do passado, do presente e do futuro, em direção a uma sociedade mais humanizada, rompendo com a tradição violenta e autoritária persistente em setores da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- BALESTRA, Juliana P. História e Ensino de História das Ditaduras no Brasil e na Argentina. *Antíteses*, Londrina, v. 9, n. 18, p. 249-274, 2016.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano, vol.4 – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 13-42, 2012.
- CARDOSO, Lucileide Costa. Os discursos de celebração da ‘Revolução de 1964’. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 117-140, 2011.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz & Terra, 1999.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da comunicação*. São Paulo: Paz & Terra, 2015.
- COUTO NETO, Geraldo Homero do. A “nova direita” no YouTube: conservadorismo e negacionismo histórico sobre a Ditadura Militar brasileira. In: *Revista Ágora*, Vitória, n. 29, p. 83-103, 2019.
- D’ANDRÉA, Carlos. *Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos*. Salvador: Edufba, 2020.
- FREIRE, P.; SHOR, I. *Medo e Ousadia – Cotidiano do Professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- MELLO, J. M. C. de; NOVAIS, F. A., Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, L. M. (org.) *História na vida privada no Brasil IV – Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 13, p. 139-159, 2018.

RÜSEN, J. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*. Ouro Preto, v. 2, n. 2, p. 163–209, 2009.

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Buenos Aires: Paidós, 2009.

VALLE, G. P. Velhos e Novos Revisionismos/Negacionismos sobre a Ditadura Militar Brasileira Através das Redes Sociais Virtuais. 2021. Monografia. *Especialização em Humanidades*. Universidade Estadual do Norte do Paraná. Orientador: Jean Carlos Moreno. Disponível em <https://independent.academia.edu/GiovanyValle>

VILLA, M. Ditadura à brasileira. *Folha de S. Paulo*, Tendências/Debates, 5.mar. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0503200908.htm> Acesso em: 27 de outubro de 2022.

VON BORRIES, Bodo. Lidando com Histórias Díficeis. In: *Jovens e consciência histórica*. Curitiba: W.A. Editores, 2016. P. 32-51